



Caminhos para uma Educação Antirracista

Teoria e prática na EMEI Pedreira

Ana Gilda Leocadio

Prof.^a Ensino Fundamental II e Médio – Inglês
EMEF Prof.^o Nelson Pimentel Queiroz – DRE Santo Amaro

Jacqueline Aparecida da Silva Aguiar Reis

Assistente Técnico de Educação I – DRE Santo Amaro



RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de ação pedagógica antirracista a partir da experiência realizada na EMEI Pedreira durante os anos de 2019 (de forma presencial) e de 2020 (de forma online) uma vez que foram constatadas atitudes racistas presentes nas brincadeiras e nas falas das crianças durante sua permanência na unidade educacional. Para a execução desta ação, realizou-se formação para as(os) docentes durante o horário coletivo (JEIF) e durante os horários de atividades livres (HAs). Por meio de leituras e exposições online foi possível a discussão do tema *Racismo na Educação Infantil* e estratégias para combatê-lo. A participação do grupo docente, bem como da equipe gestora no processo de construção de atividades destinadas a tratar de assuntos como diversidade racial, equidade e inclusão foi fundamental para a inclusão das crianças e seus responsáveis no processo. O resultado das ações executadas por professoras(es) e equipe gestora foi apresentado na Mostra Cultural (para familiares/responsáveis) e na II Jornada Pedagógica da Educação Infantil da SME realizadas no ano de 2019 (para docentes e gestores da DRE Santo Amaro).

Palavras-chave: Infância; Educação Antirracista; Equidade.

Introdução

Este artigo tem por finalidade apresentar a ação pedagógica antirracista desenvolvida durante os anos de 2019 e 2020 na EMEI Pedreira pela equipe gestora, professoras, professores, formadoras e formadores internos (coordenadoras pedagógicas) e externos (convidados) uma vez que docentes relataram que práticas racistas estavam ocorrendo entre as crianças durante a permanência delas na escola.

O projeto foi realizado em consonância com os documentos oficiais da Prefeitura Municipal de São Paulo para a Educação Infantil¹, bem como outros que convergem com uma educação baseada nos pilares da equidade, de qualidade e inclusão de todas e de todos, como as Leis nº 11.645/2008, nº 8.069/1990, nº 9.394/1996 e nº 12.288/2010.

A partir de discussões feitas durante as JEIFs, HAs² e Reuniões Pedagógicas foi possível a realização de atividades desenvolvidas por docentes que contemplassem temas como diversidade, empatia e equidade. As práticas pedagógicas construídas foram disponibilizadas na Mostra Cultural e na Jornada Pedagógica no ano de 2019 e por meio das redes oficiais da unidade educacional no ano de 2020, proporcionando, desta forma, a reflexão dos temas abordados, pela família e comunidade escolar. A devolutiva dos responsáveis em relação às atividades propostas, em 2019, foi considerada positiva pela equipe gestora. No ano de 2020, devido à pandemia causada pelo Coronavírus, as atividades foram realizadas de forma online e também foram consideradas benéficas pelos responsáveis pelas crianças.

O racismo no espaço escolar

De acordo com o Currículo da Cidade: Educação Infantil (SÃO PAULO, 2019), é no contexto das diversas formas de socialização que as diferenças negativas ou

positivadas se estabelecem e despertam os sentimentos de rejeição ou empatia em relação aos pares. É preciso ter atenção, sobretudo, ao racismo implícito, contido no

1 Currículo da Cidade: Educação Infantil, Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagem para a Educação Étnico-Racial na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

2 A Jornada Especial Integral de Formação é destinada aos docentes que possuem 25 horas aulas com alunos, 15 horas atividades extraclasse (sendo 11 na escola - 8 coletivas e 3 individuais - e 4 de livre escolha), a Hora Atividade é o tempo de disposição do professor, fora da sala da aula, cumprido na Instituição de Ensino, utilizado para preparar aulas, corrigir provas trabalhos, realizar pesquisas, e qualificação profissional.

tom da voz, no toque, no olhar, na brincadeira, nas brigas e nos xingamentos.

As primeiras instâncias de racismo na educação infantil devem ser observadas e discutidas por toda equipe gestora e professoras(es) e, posteriormente, apresentadas aos pais e demais funcionários durante as reuniões para que ações que visem o combate ao racismo sejam realizadas por todos. Espaços coletivos como o parque, o refeitório, o pátio e a quadra esportiva, propiciam que as crianças fiquem mais à vontade e geralmente é nesse ambiente que as primeiras manifestações racistas acontecem. Portanto, a atenção deve ser redobrada.

De acordo com os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (SÃO PAULO, 2016), a construção coletiva e a consolidação de uma educação pautada na igualdade implicam a constituição de um currículo que vise à reeducação das relações étnico-raciais e de gênero e a quebra do silêncio sobre estas questões, principalmente quando estamos a falar de bebês e crianças bem pequenas.

As reuniões pedagógicas e com os familiares/responsáveis são espaços em que o tema **Racismo na Educação Infantil** deve ser abordado, de forma que haja a escuta de todas as partes. Os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (SÃO PAULO, 2016) convidam a comunidade escolar a investigar e refletir sobre e como o racismo tem se perpetuado no espaço educacional e como são valorizadas e representadas as diferentes populações negras, indígenas, brancas e migrantes e, deste modo, ajudam a construir caminhos que orientam o fazer e o pensar da educação para que esta seja, efetivamente, para todas(os).

Segundo Cavalleiro (2003), crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem. Em contrapartida, crianças brancas revelam um sentimento de superioridade, assumindo em diversas situações atitudes

preconceituosas e discriminatórias, xingando e ofendendo as crianças negras, atribuindo caráter negativo à cor da pele.

Para Almeida (2019), o racismo estrutural, é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. Portanto, dizer que não há racismo na escola é uma inverdade, uma vez que esta reproduz várias situações que inferiorizam a criança negra.

De acordo com os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (SÃO PAULO, 2016), vários estudos demonstram que as crianças percebem as diferenças, sejam elas raciais e/ou de gênero, ainda muito pequenas. A intervenção do adulto próximo fará toda a diferença para que a criança estruture seu pensamento e desta forma não reproduza o preconceito presente na sociedade. Por esta razão, é importante apresentar materiais pedagógicos que dialoguem com a educação para a diversidade, sejam ela de etnia, de gênero etc.

A visibilização de histórias de vida de pessoas negras pode propiciar para as crianças, sejam elas negras ou não, o resgate da riquíssima história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros, repletas de inovações científico-tecnológicas, sociais, políticas, intelectuais, e a ajuda na reconstrução da imagem da participação digna e ativa dos negros em todas as dimensões da experiência humana (SÃO PAULO, 2019, p. 46).

Gomes (2003) considera que construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente ensina ao ne-



gro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros.

A escola, bem como a família, deve possibilitar às crianças desde pequenas vivências que estimulem o amor e a construção da autoestima, contando histórias de seus ancestrais africanos, valorizando a cultura e a tradição silenciadas pelos anos de escravidão no Brasil.

Segundo Gomes (2003), a escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. Daí a importância de não se negligenciar a reclamação feitas pelas crianças quando são xingadas e perseguidas e achar que este comportamento é “normal”. Ser chamada de macaca(o), não é um elogio e tampouco uma “brincadeira”.

De acordo com Cavalleiro (2001), o desejo de refletir com educadoras e educadores a temática racial, não significa que os prejuízos da população negra se dão unicamente no espaço escolar, tampouco que os profissionais da educação são os únicos responsáveis pela disseminação do racismo na sociedade. Porém, segundo a autora

compreender e reconhecer a desvantagem que constitui o racismo para o desenvolvimento das relações sociais entre negros e brancos – com a penalização dos cidadãos negros – constitui uma ação fundamental para enfrentar essa falta de equidade.

Gomes (2003), afirma que a escola aparece em vários depoimentos como um importante espaço no qual também se desen-

volve o tenso processo de construção da identidade negra.

As crianças me xingam de preta que não toma banho. Só porque eu sou preta. Só porque eu sou preta, elas falam que eu não tomo banho. Ficam me xingando de preta cor de carvão. Elas me xingaram de preta fedida. Eu contei para a professora e ela não fez nada (CAVALLEIRO, 2001, p.146).

Segundo Cavalleiro (2001), a ausência de atitude por parte das professoras (es) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de suas educadoras (es). Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado.

Fazzi (2006), durante observação de crianças para sua pesquisa, notou que há então uma espécie de jogo da classificação e autoclassificação raciais, no qual se estabelece um processo de negociação, manipulação e disputa para não ser identificado como um exemplar da categoria preto/negro. A autora afirma que o esforço de construção de uma sociedade como a projetada no chamado mito da democracia racial, uma sociedade em que inexista o preconceito, exige que se organizem políticas que possibilitem a mudança da elaboração discursiva sobre a categoria preto/negro e, ao mesmo tempo, problematize a própria noção de raça. Segundo a autora, uma política eficaz contra o preconceito deve ser pensada para a escola a partir dos três anos de idade, uma vez que o pensamento racial está ainda em elaboração.

Segundo Cavalleiro (2001), a educação antirracista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a realização de um trabalho que possibilite o conhecimento respeitoso das diferenças raciais, bem como dos indivíduos pertencentes a grupos discriminados. De acordo com a autora, a educação antirracista almeja, nesse sentido, possibilitar aos indi-

víduos pertencentes ao grupo de atingidos pelos preconceitos a reconquista de uma identidade positiva dotada de amor e orgulho próprios.

De acordo com o Currículo da Cidade para a Educação Infantil (SÃO PAULO, 2019), as desigualdades não podem ser consideradas como algo natural; é preciso lutar contra elas, pois são injustas com as crianças. Porém, frente às diversidades e diferenças, é necessário reconhecê-las, compreendê-las e incorporá-las. De acordo com este documento, essa é uma ação complexa, pois envolve reflexão profunda dos educadores sobre si mesmo, sobre os seus modos de pensar, os seus limites emocionais e morais, os seus próprios preconceitos.

Segundo Gomes e Silva (2011), a formação de professores para a diversidade não significa a criação de uma consciência da diversidade, antes, ela resulta na apropriação de espaços, discussões e vivências em que se compreenda a estreita relação entre a diversidade étnico-racial, a subjetividade e a inserção social do professor e da professora, os quais, por sua vez, se prepararão para conhecer essa mesma relação na vida de seus estudantes.

Um dos caminhos mais importantes para a educação antirracista é o investimento na formação de educadores. Uma vez que a Lei nº 10.639/2003 (modificada pela Lei nº 11.645/2008, para inclusão de histórias e culturas indígenas) estabelece a inclusão da cultura afro-brasileira no currículo oficial das redes de ensino, é necessário, pensar em como deve ser este processo. A escolha dos materiais a serem apresentados às crianças é uma das etapas mais importantes, uma vez que uma parte destes ainda “servem mais para constranger a criança perante as outras do que para promover a aceitação e o respeito à diversidade” (CAVALLEIRO, 2001, p.154-155).

Um exemplo positivo para a introdução da educação antirracista na Educação

Infantil é a contação de histórias a partir do referencial negro. Kiusam de Oliveira, em seu livro “O Mundo no Black Power de Tayó”, da Editora Peirópolis, 2013, ilustrado por Taísa Borges, nos apresenta Tayó, menina negra de seis anos que tem orgulho de sua negritude e enfrenta as atitudes racistas de seus colegas de escola com altivez e sabedoria. Tayó tem orgulho de seu Black Power e tem ciência que carrega na sua cabeça uma “coroa” antes usada por suas ancestrais.

Bem-humorada, quando seus colegas de classe dizem que seu cabelo é ruim, ela responde:

- Meu cabelo é muito bom, porque é fofo, lindo e cheiroso. Vocês estão com dor de cotovelo, porque não podem carregar o mundo nos cabelos, como eu posso. (OLIVEIRA, 2013. p. 27).

Trancoso e Oliveira (2019, p.15), propõem o rompimento das práticas que silenciam e marginalizam corpos negros, apresentando o caminho da Pedagogia Eco-Ancestral. De acordo com a autora, a Pedagogia Eco-Ancestral promove o restabelecimento de laços de reconhecimento, valorização e empoderamento de quem entra em contato com ela.

Djamila Ribeiro, em sua obra Pequeno Manual Antirracista, da editora Companhia das Letras, 2019, destaca a importância da educação antirracista para a descolonização do pensamento, de forma que negras e negros estejam inseridos na história do Brasil como protagonistas e não coadjuvantes.

Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência (RIBEIRO, 2019, p. 7).

Disponibilizar aos docentes e demais funcionárias(os), obras como o Pequeno Manual Antirracista, da autora Djamila Ribeiro, é fundamental para que a discussão sobre a educação antirracista de fato se estabeleça. O professor(a) deve intensificar a sua própria formação buscando outros espaços além da escola. Cursos oferecidos pela SME e pelo NEER³ são um exemplo desta prática.

Estabelecendo uma relação entre o samba-enredo da escola Estação Primeira de Mangueira (2019) Histórias para Ninar Gente Grande e a educação antirracista, podemos afirmar que é imprescindível nos espaços escolares contar “a história que a história não conta”.

*Brasil, meu denço a Mangueira chegou
com versos que o livro apagou. Desde 1500
tem mais invasão do que descobrimento.
Tem sangue retinto pisado atrás do herói
emoldurado. Mulheres, tamoios, mulatos.
Eu quero um país que não está no retrato.
(GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA*

*DE SAMBA ESTAÇÃO PRIMEIRA
DE MANGUEIRA, 2019).*

Segundo Munanga (2005), não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes racistas existentes na cabeça das pessoas, atitudes estas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. Para o autor, entretanto, a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens quanto aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram ensinados pela cultura racista na qual foram socializados.

Portanto, a educação antirracista exige que todos educadores e educadoras reensem sua formação, apropriem-se das leis acerca do tema, dos materiais didáticos e paradidáticos e dos vários cursos oferecidos pela SME e outras redes para oferecer aos estudantes negros e não negros práticas pedagógicas que contemplem e estimulem a diversidade e o respeito entre todas as culturas.

Teoria e Prática na EMEI Pedreira

Segundo Cavalleiro (2003, p.13), escola e família, juntas, representam a possibilidade de transformação do pensamento sobre a realidade social construída sob ideologias como o mito da democracia racial. De acordo com a autora, só uma discussão profunda dos problemas relacionados ao preconceito e à discriminação pode concorrer para a transformação da sociedade.

De acordo com os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista

(SÃO PAULO, 2016), assumir o compromisso com a educação antirracista requer que as educadoras e os educadores, assim como o Projeto Político-Pedagógico, considerem os pressupostos legais, ou seja, que as práticas pedagógicas, as relações estabelecidas, os materiais (livros, brinquedos, filmes, revistas) e ambientes estejam planejados e organizados de forma a combater o racismo, preconceito e discriminação racial/gênero, bem como construir a percepção positiva das diferenças.

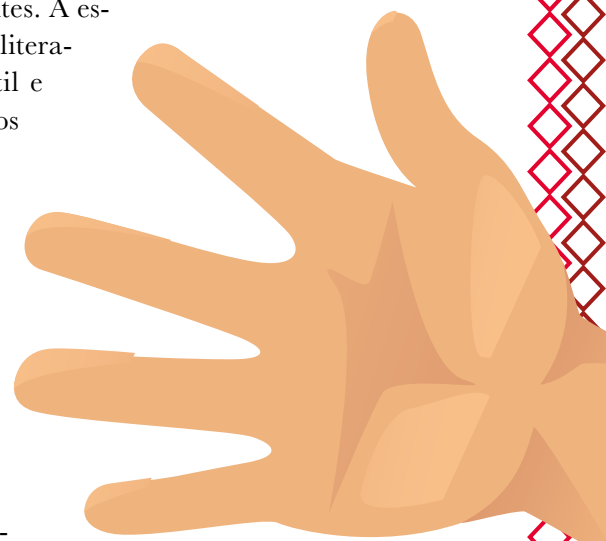
3 Secretaria Municipal de Educação e Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais.

No ano de 2019, a EMEI Pedreira, implementando o Currículo da Cidade para a Educação Infantil e enfatizando as relações étnico-raciais, apresentou no PEA (Projeto Especial de Ação) uma proposta de escuta das crianças intitulada O Protagonismo da Criança na Educação Infantil: valorização dos espaços, das vivências e experiências, com a intencionalidade de assegurar a escuta atenta das crianças na elaboração e no desenvolvimento do planejamento. Dentre os objetivos principais do PEA da unidade escolar, destacamos: o fortalecimento da autoestima dos educandos, o reconhecimento e a valorização da diversidade das populações indígenas, africanas e seus descendentes, o atendimento e o cumprimento das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, a constituição de espaços que colaborem com o fortalecimento da identidade étnico racial das crianças e o reconhecimento, o respeito e a valorização da diversidade cultural e de gênero. Na unidade educacional foram constatadas, desde o primeiro semestre, situações de racismo entre as crianças, que foram relatadas à equipe gestora pelas(os) docentes. Uma criança disse para outra no parque que não daria a mão para ela, porque a mão dela era preta. Em outra situação, uma mãe trouxe um relato de que a filha disse em casa que só seria amiga de uma colega de sala de aula se ela arrumasse o cabelo e passasse uma maquiagem (ela estava se referindo a uma colega negra). A docente Manoela Agarie realizou um trabalho com mini histórias para abordar a identidade e perceber como as crianças se identificavam. Ela constatou que algumas crianças negras se identificaram como brancas.

Após observar situações como as descritas, a equipe gestora decidiu aprofundar os estudos e as reflexões sobre a educação para as relações étnico-raciais na unidade educacional, analisando e refletindo sobre a ação docente em face do racismo na infância, buscando a criação de projetos e ações efetivas e constantes na

escola para a superação do racismo. Uma boa parte dos docentes durante as formações em JEIF relatou a pertinência dos estudos sobre a educação para as relações étnico-raciais e o combate ao racismo na infância, pois durante o processo de formação acadêmica eles não tiveram muito contato com o tema.

No decorrer do ano de 2019, durante os horários coletivos, houve formações envolvendo a efetivação do Currículo da Cidade para a Educação Infantil, bem como a discussão da Lei nº 10.639/03, e a pertinência da temática étnico-racial para o público atendido na EMEI Pedreira. Além da presença de formadoras da própria Unidade, houve a presença de formadoras(es) externos. Foram abordados temas como: A Educação para as Relações Étnico-Raciais e a Infância, a Construção da Identidade Afrodescendente Positiva, A Re(construção) da Subjetividade do Povo Negro, Práticas Antirracistas na Educação Infantil e A Educação para as Relações Étnico-Raciais e o Currículo da Cidade para a Educação Infantil. Durante as formações, as(os) docentes interagiram com os temas apresentados e muitas delas(es) se emocionaram ao contar suas próprias histórias e traumas em relação ao racismo sofrido na infância e na adolescência. Temas como o cabelo crespo e o corpo como símbolo da identidade negra foram bastante recorrentes. A escolha de livros da literatura negra infantil e como trabalhá-los com as crianças também foi outro tema muito abordado. A maioria das(os) docentes relatou sentir falta da discussão de temas como racismo na Educação Infantil du-



rante o período em que estavam na faculdade. De acordo com a equipe gestora da EMEI Pedreira, as formações ocorridas em JEIF e os trabalhos desenvolvidos pelas docentes (contação de histórias, roda de conversa e posterior reflexão com as crianças) no decorrer do ano culminaram na Mostra Cultural e na participação na II Jornada Pedagógica da Educação Infantil da SME.

A partir dos relatos dos professores e dos trabalhos desenvolvidos no curso realizado pelo Núcleo de Educação Étnico Racial, da DRE Santo Amaro, foi elaborada a participação da EMEI Pedreira na II Jornada Pedagógica da Educação Infantil da SME, com o título Educação para as Relações Étnico-Raciais e ODS na Implementação do Currículo da Cidade: Educação Infantil. Durante os dias 28 e 29 de novembro de 2019, professoras (es) e equipe gestora das 13 Diretorias Regionais da Educação – DREs - puderam participar de palestras, oficinas, etc. com diferentes temáticas, sempre voltadas aos eixos do Currículo da Cidade: Educação Infantil. As experiências da EMEI Pedreira com

a implementação da educação antirracista foram compartilhadas com educadoras(es) de outros territórios. O relato das práticas pedagógicas foi o caminho encontrado para apresentar o fazer pedagógico desenvolvido da unidade escolar e as vivências e experiências que marcaram o território tendo como elemento norteador a escuta das

crianças. Os projetos apresentados pela EMEI Pedreira na II Jornada Pedagógica da Educação Infantil da SME foram: Eu sou mais Eu, da docente Manuela Agarie, que tinha por objetivo incentivar as crianças a se aceitarem como são; a Oficina de Tranças, realizada pelas docentes Elida Mara e Monalisa Pereira, que tinha como objetivo destacar a diversidade presente nos cabelos crespos e o projeto Guardiões do Meio Ambiente em Ação, idealizado pelas docentes Katiuscia Carvalho e Manuela Agarie, que tinha como objetivo o tema preservação do meio ambiente, destacando o trabalho com a reciclagem utilizando o peixe foguinho, que interagiu com as crianças através de cartas.

No ano de 2020, a EMEI Pedreira, atenta aos casos de racismo que ocorriam no território e em diversas partes do mundo e que repercutiam na unidade escolar, dentre os quais os assassinatos de João Pedro no Rio de Janeiro, George Floyd nos Estados Unidos⁴, e os protestos desencadeados mundialmente pelo Movimento Black Lives Matter⁵, percebeu a necessidade de prosseguir com as ações e dar continuidade ao combate ao racismo estrutural e a implementação de uma educação antirracista. Desta forma, adaptou suas práticas ao ensino online, em virtude da pandemia do novo Coronavírus e, mediante formações com professoras(es), gestoras(es), formadoras(es), planejou práticas pedagógicas que contemplassem a discussão dos temas voltados às relações étnico-raciais. A participação das famílias foi incentivada para que as discussões não ficassem restritas ao interior da Unidade Educacional. A equipe gestora propôs semanalmente discussões sobre o tema racismo na Educação Infantil durante os horários coleti-

4 João Pedro, 14, foi assassinado durante operação policial em uma favela em São Gonçalo (RJ), no dia 18 de maio de 2020. George Floyd, 47, assassinado em Minneapolis no dia 25 de maio de 2020, estrangulado pelo policial branco Derek Chauvin.

5 Black Lives Matter é um movimento ativista internacional, com origem na comunidade afro-americana, que luta contra a violência direcionada às pessoas negras.

vos (JEIF) e também individuais (HAs). Após assistirem aos vídeos propostos sobre o tema e analisarem os textos sugeridos, as professoras e professores respondiam de forma individual um questionário proposto pela coordenação pedagógica, para posterior debate em grupo.

Após o registro coletivo das atividades solicitadas e a reflexão dos apontamentos feitos, as professoras e professores programaram ações e atividades - vídeos curtos que estimulassem o diálogo entre familiares e responsáveis e as crianças, diálogo online entre professor(a) e alunos(as) sobre o tema diversidade e respeito, atividades com desenhos que refletissem o pensamento das crianças etc. - para uma educação antirracista, que pudessem ser postadas no Facebook e no Google Classroom para as crianças e famílias.

A partir das questões levantadas pela equipe gestora e pelas professoras e professores durante as formações para uma educação antirracista, surgiram a 1ª e a 2ª Semana Antirracista da EMEI Pedreira, no período de 06 a 17 de julho de 2020 com o título Diálogos para uma Educação Antirracista, com atividades postadas nas redes sociais pelos docentes e também por formadores(as) convidados(as). A 1ª Semana Antirracista da EMEI Pedreira aconteceu de forma virtual por meio do Facebook, na semana de 6 a 10 de julho de 2020. As atividades postadas foram: Animação Currículo da Cidade; Dez Maneiras de Contribuir Para Uma Infância sem Racismo; Normal é Ser Diferente – Empoderamento das Infâncias; Contação de História e Roda de Conversa Virtual sobre o livro *O mundo no Black Power* de Tayó da escritora Kiusam de Oliveira. Para as atividades contamos com a participação da professora Ana Gilda Leocádio e apresentação da Roda Africana Palavra Cantada.

A 2ª Semana Antirracista da EMEI Pedreira também aconteceu de forma virtual por meio do Facebook, entre os dias 13 e 17 de julho de 2020. As atividades posta-

das foram: O que a escola tem feito para combater o racismo? Com a participação da professora Renata Gibelli; É necessária uma aldeia inteira para educar uma criança, com a participação do professor e escritor Gabriel Messias; Culinária Africana, leitura do poema *Cabelos Enroladinhos*, da autora Cintia Amorim, e o Dia da Brincadeira Africana.

De acordo com relatos de familiares/responsáveis, das professoras(es) e da equipe gestora durante as reuniões pedagógicas, as atividades foram bem acolhidas pelas crianças. Isto mostra que, de fato, ninguém nasce racista e, portanto a educação é fundamental para combater qualquer forma de preconceito.

Munanga (2005), afirma que o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Portanto, o argumento de que ao trabalhar com a educação antirracista privilegia-se apenas as crianças negras é uma falácia, pois crianças não negras percebem que existem outras culturas que devem ser respeitadas e, dessa forma, são estimuladas a se tornarem cidadãos mais conscientes sobre a importância das diferenças e o respeito à diversidade.

Cavalleiro (2003), afirma que diante do emaranhado de problemas subjacentes às relações étnico-raciais, cabe a nós, formadores de opinião – professores, educadores e pesquisadores críticos –, pensar e lutar por práticas que objetivem a inclusão positiva de crianças e de jovens negros na estrutura educacional. De acordo com a autora, é, portanto, indispensável a elaboração de um trabalho que promova o respeito mútuo, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sem receio e sem preconceito.

Assim, o trabalho desenvolvido pela EMEI Pedreira não abordando a Educação para as Relações Étnico-Raciais apenas em momentos ou datas específicas, mas promovendo uma educação antirracista no cotidiano das relações sociais na unidade escolar, caminha em direção a práticas edu-

cacionais inclusivas, antirracistas e de equidade para todos.

É um exemplo do que se espera de uma escola que tenha no respeito à diversidade, seja ela qual for, um dos seus pilares.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, O. S. S. Literatura negro-brasileira do encantamento infantil e juvenil: entrevista com Kiusam de Oliveira. **Revista Crioula**, [S. l.], n. 25, p. 377-384, 2020.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em 19. Abril 2021.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm Acesso em 19. Abril 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CAVALLEIRO, E.S. (org.). **Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

Educadores da EMEI Pedreira I realizam formação sobre Educação Antirracista. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educadores-da-emei-pedreira-i-realizam-formacao-sobre-educacao-antirracista>. Acesso em 19 abril. 2021

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre os pares e preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**. 2003, v. 29, n. 1.

GOMES, N. L, SILVA P. B. G. (orgs). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira (RJ) - **Samba-Enredo 2019** - Histórias Para Ninar Gente Grande. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/>. Acesso em 19 abril. 2021.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

TRANCOSO, J. dos S. R.; OLIVEIRA, K. R. de. Pedagogia Eco-Ancestral Caminhos para re(existência) de infâncias negras. **@rquivo Brasileiro de Educação**, v. 8, n. 17, p. 10-26, 29 nov. 2020.

OLIVEIRA, Kiusam de. **O mundo no Black Power de Tayó**. São Paulo: Peirópolis, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Currículo da Cidade: Educação Infantil**. São Paulo: SME COPED, 2019.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2016.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico racial na educação infantil, ensino fundamental e médio**. São Paulo: SME/DOT, 2008.

